

Memória da Comissão: Saúde Mental

Data: 25/04/2013

Coordenador (a) da comissão: Clarice Siqueira dos Santos

Relator (a) da comissão: Rejane Cristina Teixeira Tabuti

Relação de presentes:

- 1) Clarice Siqueira dos Santos- Pastoral da Criança
- 2) João Maria Ferrari Chagas- IBDa
- 3) Rejane Cristina Teixeira Tabuti- DVSAM/DACC/SAS/SESA
- 4) Larissa Sayuri Yamaguchi- DVSAM/DACC/SAS/SESA
- 5) Malu- ASSEMPA
- 6) Irma Ribeiro da Silva Zaninelli- RECRIAR
- 7) Mirela Stenzel- CPM
- 8) Lídia Lopes- Ministério Público
- 9) Andressa Pereira Lima Marchi- ACTOEP
- 10) André Luiz Vendel- É TEMPO DE DIÁLOGO
- 11) Wanderli Machado- CRESS/PR
- 12) Aline Pinto Guedes- SINDSAÚDE
- 13) Mirna Beatriz Mueller- DEVS/DVVSS/SVSES/SESA
- 14) Liliane Ocalxuk- MS
- 15) Cristiane Sohn- SESAI/SESA

Justificativas de ausências: Não houve.

Pautas:

- a) Informes Gerais
- b) Apresentação da Programação Anual de Saúde- PAS 2012
- c) Internação Compulsória
- d) Atualização de Saúde Mental- SESA

Relato da reunião:

A reunião iniciou-se às 08: 40 h. Foi apresentada a pauta do dia, o item de Internação Compulsória não será cumprido, pois não tivemos retorno do Ofício enviado ao CONEAD. Reagendar para a próxima reunião.

Foi apresentada a Programação Anual de Saúde- 2013, Diretriz 4.

Não houve questionamentos.

Larissa- SESA, apresentou a atualização da DVSAM, Janeiro e Fevereiro (em anexo), que não foi apresentada na reunião passada, pois não teve tempo hábil. Também a atualização Março e Abril (em anexo).

Malu questiona a ausência de representante da Associação Padre João Ceconello (APJC) e Gestor do município de Campina Grande do Sul, que deveriam estar presentes para relatar sobre a assistência aos

moradores desta Associação.

Rejane- SESA, esclareceu que a representante da APJC, presente na reunião passada, se propôs a vir nesta reunião. E observando os encaminhamentos da reunião de março, não constava a solicitação para a secretaria executiva do CES.

Malu sugere o convite de representante da APJC, da SESA e do Gestor do município de Campina Grande do Sul, para a próxima reunião para esclarecimentos.

João Maria- IBDA, sugere uma visita à APJC, para conhecer a instituição.

Lídia- MP esclarece que alguns pontos a serem verificados não poderão ser em uma visita, como questões de Rede, por exemplo.

Larissa, informa sobre o monitoramento da situação das 86 pessoas que estavam acolhidas no Lar Pequeno Aconchego. Também da constituição da Comissão de Desinstitucionalização, iniciada em março e que ainda está sendo formulada.

André- É TEMPO DE DIÁLOGO, questiona se esta comissão é investigativa e sugere a composição com a VISA, que tem o conhecimentos destes lugares que podem estar sendo utilizados para esta finalidade de residência terapêutica.

Larissa- SESA, esclarece que a comissão ainda está no início e está sendo formada

Malu- ASSEMPA, informa que o termo "investigativo" é muito pesado, e é papel de polícia. Seria mais apropriado outro termo.

Larissa- SESA, sugere o termo "levantamento".

Malu- ASSEMPA, sugere que para a próxima reunião também seja convidado representante da Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento Social para esclarecimentos quanto à população acolhida na APJC. E questiona se o Lar Pequeno Aconchego ainda está em atividade?

Larissa- SESA, esclarece que o MP do município de São José dos Pinhais, iniciou as ações com o estado, pois tinha o maior número de acolhidos. E posteriormente iria verificar outros órgãos que possuem convênio com o Lar Pequeno Aconchego.

Larissa informa sobre a participação da SESA na Comissão de Reordenamento

Wanderli, coloca sua preocupação em relação à determinação judicial para acolhimento em comunidade terapêutica. E refere a questão preocupante de discutir estes pontos, inclusive com o judiciário. E sugere que a Comissão de Desinsti. Possa também discutir estas questões. Também refere preocupação ao PNASH do Hospital Psiquiátrico de Jandaia do Sul, onde recebeu denúncias de maus tratos, excesso de medicação, quartinho para isolamento, em internamentos de adolescentes. E o estado mantém contrato com este hospital.

Larissa- SESA, expõe as dificuldades desta vistoria, e que irão sugerir ao MS, a realização por equipe única, o que facilitaria um balizamento na visão.

Larissa- SESA, continuou a exposição da atualização, onde se trata da Estratificação de Risco.

Wanderli- SESA, questiona se existe um recorte de gênero, o que acha muito importante, o que foi corroborado por Léon- Coordenador Adjunto em apresentação no último Encontro de Saúde Mental.

André- É TEMPO DE DIÁLOGO, solicita esclarecimentos quanto ao instrumento de Estratificação de Risco em Saúde Mental.

Larissa- SESA, esclarece que a estratificação de risco, não é diagnóstico, tem como base, sinais e sintomas, fatores de risco e proteção.

Liliane- questiona se houve a preocupação em dados estatísticos, desvio padrão, pois parece pesquisa.

Cristiane- SESAI, questiona se foi pensado na população indígena, pois esclarece especificidades culturais.

Solicita que seja incluída estas particularidades.

André- É TEMPO DE DIÁLOGO, expõe sua preocupação com o instrumento. Que considera um instrumento potente, e imagina poder contar com universidades, para auxiliar na discussão deste instrumento.

Larissa- SESA, coloca que a Estratificação de Risco em Saúde Mental, é o objetivo final para que a Atenção Primária possa se responsabilizar pela população do seu território.

Rejane- SESA, complementa que o instrumento faz parte do COAP, que o fato de ter sido enviado somente a alguns municípios, foi para verificar se este faz sentido na prática.

André- É TEMPO DE DIÁLOGO, informa sobre o município de São Lourenço do Sul- RS, que conseguiu reduzir significativamente o número de suicídios. Mas o Protocolo é só para suicídio. E a saúde mental é mais ampla.

Liliane- MS, expõe sua preocupação na utilização do CID 10, e sugere a utilização da Classificação de Funcionalidade. Também se o CRM não irá se opor, pois foi utilizado o CID 10. Qual o papel do médico?

Larissa- SESA, reafirma que o instrumento não é para diagnóstico. Mas que é uma questão que será considerada.

Mirela- CPM, informa que teve acesso ao instrumento, as questões que estão sendo colocadas são válidas. Mas a parte social é bem interessante, e que pode instrumentalizar a prática.

Wanderli- CRESS, coloca que a avaliação médica é muito restrita e que estão conseguindo reverter determinação judicial de internação, com avaliação multiprofissional. Questiona se o CAPS AD III, manterá adulto e adolescente no mesmo espaço, na permanência 24 horas. Questiona a Internação Compulsória em Comunidades Terapêuticas, que não são recursos de saúde.

Larissa- SESA, informa que muitas destas questões, poderão ser abordadas no Fórum Regional Sul de Saúde Mental Infante Juvenil em junho.

Irma- RECRIAR, solicita esclarecimentos se o Fórum é do CEDCA.

Larissa- SESA, esclarece que o Fórum é da Saúde e intersetorial.

André- É TEMPO DE DIÁLOGO, informa que participou da reunião da comissão municipal de saúde mental de Curitiba, e que foi esclarecido pelo Diretor de Redes- Sr. Marcelo Kimati, que a Unidade de Acolhimento, não será aberta neste primeiro semestre. Não foi fechado convênio, pois a instituição não atendia a proposta. Esclarece também que o cargo de Analista Judiciário, no Tribunal de Justiça que auxilia o juiz nas decisões.

Larissa- SESA, informa sobre os Encontros Macrorregionais, que atende às necessidades regionais.

Wanderli- CRESS, sugere o tema Redução de Danos.

Larissa- SESA, informa que verificará se a disponibilização de algumas vagas no Encontro Macrorregional Leste, para a Comissão de Saúde Mental.

Wanderli- CRESS, informa sobre o movimento da internação compulsória que no Simpósio da Uniica, alguns estudantes entenderam que a saída era a internação compulsória. Houve cerceamento de falas de alguns profissionais. O evento na ALEP- audiência Pública, a aprovação das APADs. Uma questão preocupante é que devemos criar posicionamentos públicos. O dia 18 de maio, da Luta Antimanicomial, poderia abordar a criação de serviços e se afirmar contrário à Internação Compulsória.

Sugere um Evento Alusivo, contra estas medidas higienistas.

Informa que estão se reunindo no CRESS, todas às segundas, a partir das 19: 30. Na Rua Monsenhor Celso, esquina com Av. Marechal Deodoro. O CRESS produziu material referente às pessoas que querem internar e não tem vagas em hospital geral. Só o CAPS não dá conta. Sugere como pauta da comissão, a discussão e emissão de opiniões.

André- É TEMPO DE DIÁLOGO, comenta o informe, e ressalta a necessidade de discussão desta

questão na comissão e produção deste posicionamento.

Larissa- SESA, esclarece que a SESA, é também mais uma participante desta comissão e que o nosso posicionamento é o da legislação.

Wanderli- CRESS, refere que a Comunidade Terapêutica não é um recurso de saúde, não é um recurso da Assistência Social. A internação compulsória se dá por medida judicial. Isso constrange o secretário para se posicionar contra a medida de internação compulsória. Mas não constrange a sociedade civil organizada. Em relação a produzir posicionamentos, a Comissão pode produzir. Relata sobre o documento produzido pelo CRESS apoiado por outras entidades e vai deixar o material para a Comissão.

Irma- RECRIAR, refere que a Saúde não pode assumir sozinha esta questão, mas envolve a cidadania e direitos humanos.

Malu- ASSEMPA, reafirma a importância de assumir posicionamentos.

André- É TEMPO DE DIÁLOGO- sugere que o material recebido pela Wanderli, possa ser apreciado.

Malu- ASSEMPA, sugere que Wanderli represente e fale pela comissão na Audiência Pública.

André- É TEMPO DE DIÁLOGO, sugere que seja lido o posicionamento sobre a internação compulsória e submetido a aprovação desta comissão.

André – leu o posicionamento e a Comissão aprovou que seja levada como proposta para a próxima reunião do pleno do conselho.

Encaminhamentos/providências para a secretaria executiva:

- a) Encaminhar Convite do Curso do Controle Social em Saúde Mental via e-mail para todos os membros desta comissão;
- b) Convidar representante da Associação Padre João Ceconello, SESA, SEDS e Gestor de Saúde do município de Campina Grande do Sul para esclarecimentos sobre a assistência prestada aos moradores da associação;
- c) Enviar via e-mail, os 2 Manifestos do CFESS e posicionamento sobre a Internação Compulsória para todos os membros desta comissão;
- d) Proposta de pauta para a próxima reunião do CES sobre a Internação Compulsória.

Solicitação de pautas para a próxima reunião:

- a) Atualização DVSAM
- b) Internação Compulsória
- c) Assistência aos moradores da Associação Padre João Ceconello, pela APJC, SESA, SEDS e município de Campina Grande do Sul.
- d) PREVIDA